

**INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**  
**Área de Promoção do Município e da Cidadania**  
**Núcleo de Articulação Político-Institucional**  
**Banco de Dados Municipais (IBAMCO)**



# **AÇÕES MUNICIPAIS PARA A ATRAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS**

(Série Estudos Especiais nº 29)

***François E. J. de Bremaeker***

Rio de Janeiro - junho de 2001

## AÇÕES MUNICIPAIS PARA A ATRAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS

Trabalho elaborado por François E. J. de Bremaeker  
Economista e Geógrafo  
Coordenador do Núcleo de Articulação Político-Institucional  
Coordenador Técnico do Banco de Dados Municipais  
Área de Promoção do Município e da Cidadania do IBAM

Depositado na Reserva Legal da Biblioteca Nacional

Copyright © by Instituto Brasileiro de Administração Municipal

Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação  
desde que citada a fonte

1ª edição - 2001

### **Bremaeker, François E. J. de**

Ações municipais para a atração de atividades  
econômicas. IBAM / APMC / NAPI / IBAMCO, 2001

13p. 29,7 cm (Estudos especiais, 29)

1. Administração municipal - Brasil. 2. Atração de atividades econômicas - Municípios - Brasil. I. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Área de Promoção do Município e da Cidadania. Núcleo de Articulação Político-Institucional. Banco de Dados Municipais. II. Série. III. Título.

336 (CDD 15.ed.)

## **AÇÕES MUNICIPAIS PARA A ATRAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS**

**François E. J. de Bremaeker**

Economista e Geógrafo

Coordenador de Articulação Político-Institucional do IBAM

Na primeira parte do presente estudo estarão sendo apresentados dados que têm por objetivo descrever a realidade municipal brasileira, enquanto que na segunda parte estarão sendo apresentados os dados específicos sobre as ações empreendidas pelos Municípios para atrair atividades econômicas.

### **O CONTEXTO MUNICIPAL**

A diversidade de realidades dos Municípios não se explica exclusivamente pelas desigualdades regionais, mas também por desigualdades intrarregionais.

Esses diferenciais são evidenciados pela distribuição dos Municípios segundo o número de habitantes (tabela 1) que apresenta seus reflexos na estrutura financeira (tabela 2).

A distribuição segundo o número de habitantes mostra que 49,5% dos Municípios brasileiros possui menos de 10 mil habitantes, sendo que as regiões que apresentam percentuais acima dessa média são a Sul (67,5%), a Centro-oeste (56,7%) e a Sudeste (50,4%).

Conforme pode ser observado, as maiores concentrações de Municípios de pequeno porte demográfico, que geralmente contemplam aqueles classificados como os mais pobres, paradoxalmente se encontram relativamente em maior quantidade nas regiões consideradas as mais desenvolvidas.

**TABELA 1**  
**DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS**  
**POR GRUPOS DE HABITANTES SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES**  
**BRASIL - 1999**

GRUPOS DE HABITANTES (por mil)	BRASIL	GRANDES REGIÕES				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste
TOTAL	5.507	449	1.787	1.666	1.159	446
Até 10	2.727	190	662	840	782	253
10  -- 20	1.392	112	588	344	243	105
20  -- 50	908	103	395	267	84	59
50  -- 100	279	30	96	106	30	17
100  -- 500	174	12	37	98	18	9
500 e mais	27	2	9	11	2	3

FONTE: IBGE. Estimativas de população para 1999.

Entretanto é elevado o percentual de Municípios com população entre 10 mil e 20 mil habitantes na região Nordeste (32,9% dos Municípios da região), o que amplia o espectro de Municípios com baixa capacidade financeira, de vez que, em razão da condição de pobreza da população regional, mesmo nesses Municípios é baixa a capacidade tributária e pouco expressivas as transferências constitucionais de recursos provenientes dos Estados, que tributam o consumo (ICMS) e a propriedade de veículos (IPVA).

O reflexo desse padrão de distribuição segundo o porte demográfico é espelhado no comportamento da estrutura financeira dos Municípios.

O conjunto de Municípios com população inferior a 10 mil habitantes e daqueles entre 10 mil e 20 mil habitantes, que concentram 74,8% das unidades do universo, apresenta uma receita tributária média em torno de 7% do volume de recursos de que dispõem.

A maior parcela de recursos provém das transferências constitucionais, sendo que dessas a sua quase totalidade é oriunda do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), cujo critério de distribuição está relacionado ao quantitativo de sua população, que determina o coeficiente de participação, sendo que para as quatro faixas de coeficientes iniciais, que abrangem os Municípios até 20 mil habitantes, os diferenciais dessas faixas é de apenas 3.396 habitantes.

TABELA 2

**DISTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS MÉDIAS DOS MUNICÍPIOS  
POR GRUPOS DE HABITANTES  
BRASIL - 1998**

GRUPOS DE HABITANTES (por mil)	RECEITA TOTAL (R\$ mil)	RECEITA TRIBUTÁRIA (R\$ mil)	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (R\$ mil)	OUTRAS RECEITAS (R\$ mil)
TOTAL	12.514	2.721	7.700	2.093
Até 10	2.919	188	2.122	609
10  -- 20	5.160	398	3.941	821
20  -- 50	9.785	1.172	7.198	1.415
50  -- 100	23.878	4.107	16.568	3.163
100  -- 500	92.372	23.876	57.413	11.083
500 e mais	776.173	265.967	333.587	176.619

FONTE: IBAM. Banco de Dados Municipais (IBAMCO).

Apenas nos Municípios mais populosos, com população acima de 50 mil habitantes, que representam 9,5% do total dos Municípios do País, suas receitas superam os valores médios nacionais, sendo que, o diferencial do crescimento da receita tributária é 60% superior ao do valor das transferências constitucionais pelos diferentes grupos de habitantes.

Esse maior diferencial na evolução da receita tributária se deve a que aos Municípios é concedido o direito de tributar espécies cujo fato gerador tem a ver com o ambiente urbano, o que privilegia mais aos Municípios de maior porte demográfico.

## INCENTIVOS CONCEDIDOS PELOS MUNICÍPIOS

Segundo o levantamento de dados realizado pela Fundação IBGE através da Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999, foi observado que 58,3% dos Municípios brasileiros oferecem algum tipo de incentivo com o objetivo de atrair empresas para o seu território.

Na área tributária pouco mais de uma terça parte dos Municípios (36,3% deles) oferece isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), enquanto que outros 33,0% oferecem isenção do Imposto sobre Serviços (ISS)..

Em 41,8% dos casos o incentivo oferecido é a doação de terrenos e uma variedades de outros tipos de incentivos, não especificados no levantamento, são oferecidos por 34,3% dos Municípios.

A distribuição dos Municípios segundo as faixas de população mostra que existe uma tendência no sentido de que à medida em que aumenta a população do Município também aumenta a participação daqueles que oferecem algum tipo de incentivo, exceção feita para os Municípios com população superior a 500 mil habitantes, onde essa participação decresce em relação às faixas anteriores, mas permanece ainda elevada.

Para os Municípios com população inferior a 10 mil habitantes praticamente a metade deles (50,6%) oferece algum tipo de incentivo para a atração das empresas. Para os Municípios com população entre 10 mil e 20 mil habitantes isso acontece com 57,5% deles, o mesmo ocorrendo em 68,7% dos Municípios com população entre 20 mil e 50 mil habitantes.

Para os Municípios com população entre 50 mil e 100 mil habitantes os incentivos são oferecidos por 83,5% deles; enquanto que 88,5% daqueles com população entre 100 mil e 500 mil habitantes e 73,1% dos Municípios com população superior a 500 mil habitantes também oferecem algum tipo de incentivo às empresas.

Dos Municípios que concederam incentivo através da isenção do pagamento do IPTU a tendência é no sentido de que cresce a participação dos Municípios à medida em que cresce a sua população, exceto para aqueles com população superior a 500 mil habitantes.

Para os Municípios com população inferior a 10 mil habitantes a isenção do IPTU é concedida por 29,8% deles; o mesmo acontecendo com 35,3% daqueles com população entre 10 mil e 20 mil habitantes e com 44,5% dos Municípios com população entre 20 mil e 50 mil habitantes.

A isenção do IPTU também é concedida por 59,5% dos Municípios com população entre 50 mil e 100 mil habitantes e por 64,4% daqueles com população entre 100 mil e 500 mil habitantes. Quanto aos Municípios com população superior a 500 mil habitantes a isenção do IPTU é concedida por 30,8% deles.

Dos Municípios que concedem isenção do ISS o comportamento é exatamente o mesmo. Para os Municípios com população inferior a 10 mil habitantes 27,0% concedem a isenção, o mesmo acontecendo com 32,2% dos Municípios com população entre 10 mil e 20 mil habitantes e com 41,0% daqueles com população entre 20 mil e 50 mil habitantes.

A isenção do ISS também é concedida por 53,4% dos Municípios com população entre 50 mil e 100 mil habitantes e por 59,2% daqueles com população entre 100 mil e 500 mil habitantes. Quanto aos Municípios com população superior a 500 mil habitantes a isenção do IPTU é concedida por 34,6% deles.

Dos Municípios que fazem doação de terrenos 36,0% deles possui menos de 10 mil habitantes; 42,0% têm entre 10 mil e 20 mil habitantes e 52,4% deles possuem entre 20 mil e 50 mil habitantes. A doação de terrenos é praticada por 58,8% dos Municípios com população entre 50 mil e 100 mil habitantes, percentual que decresce a 51,7% para os Municípios com população entre 100 mil e 500 mil habitantes.

Entretanto é entre os Municípios com população superior a 500 mil habitantes que a prática da doação de terrenos apresenta o mais baixo percentual: 19,2% dos casos. Esse resultado certamente se deve à pouca disponibilidade de terrenos, como também a um menor interesse em atrair qualquer tipo de empresa.

Os outros tipos de incentivos obedecem à tendência de maior participação à medida em que aumenta a população do Município, excetuada a faixa de população superior a 500 mil habitantes, muito embora nesse caso a queda não é tão acentuada como nos outros tipos de incentivos.

Para os Municípios com população inferior a 10 mil habitantes 32,4% deles oferecem outros tipos de incentivos; o mesmo acontecendo para 34,0% daqueles que possuem entre 10 mil e 20 mil habitantes e para 38,9% dos Municípios com população entre 20 mil e 50 mil habitantes. Outros tipos de incentivos são concedidos por 53,4% dos Municípios com população entre 50 mil e 100 mil habitantes e por 60,3% daqueles com população entre 100 mil e 500 mil habitantes. Quanto aos Municípios com população superior a 500 mil habitantes o percentual daqueles que concede outros tipos de incentivos é de 53,8%.

TABELA 3

**DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS QUE OFERECEM INCENTIVOS  
PARA A ATRAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS,  
SEGUNDO AS FAIXAS DE POPULAÇÃO (1)**

FAIXAS DE POPULAÇÃO (por mil)	NÚMERO TOTAL DE MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS CONCEDEM INCENTIVOS	TIPOS DE INCENTIVOS CONCEDIDOS			
			isenção do IPTU	isenção do ISS	doação de terras	outros incentivos
TOTAL	5.506	3.211	1.996	1.816	2.301	1.887
até 10	2.727	1.381	814	735	981	883
10 I—20	1.392	800	492	448	585	473
20 I—50	908	624	404	372	476	353
50 I—100	279	233	166	149	164	149
100 I—500	174	154	112	103	90	105
500 e mais	26	19	8	9	5	14

FONTE: IBGE. Diretoria de Pesquisas. Departamento de População e Indicadores Sociais. Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

(1) O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.



A distribuição dos Municípios em nível regional mostra que a região onde mais são oferecidos incentivos é a Sul (79,1% dos Municípios), vindo em segundo lugar a região Centro-oeste, com 63,8% dos seus Municípios.

Na região Norte a concessão de incentivos é encontrada em 58,1% dos seus Municípios; o mesmo ocorrendo em 57,9% daqueles da região Sudeste e em 43,9% dos Municípios da região Nordeste.

Esse mesmo padrão se repete para cada um dos tipos de incentivos oferecidos pelos Municípios.

**TABELA 4**

**DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS QUE OFERECEM INCENTIVOS  
PARA A ATRAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS,  
SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES (1)**

GRANDES REGIÕES	NÚMERO TOTAL DE MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS CONCEDEM INCENTIVOS	TIPOS DE INCENTIVOS CONCEDIDOS			
			isenção do IPTU	isenção do ISS	doação de terras	outros incentivos
BRASIL	5.506	3.211	1.996	1.816	2.301	1.887
Norte	449	261	143	97	210	139
Nordeste	1.787	784	467	424	528	408
Sudeste	1.666	965	580	529	656	527
Sul	1.159	917	629	591	684	651
Centro-oeste	445	284	177	175	223	162

FONTE: IBGE. Diretoria de Pesquisas. Departamento de População e Indicadores Sociais. Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

(1) O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

## PROGRAMAS MUNICIPAIS

Os Municípios que se responsabilizam pela manutenção de programas que estimulam a geração de trabalho e renda representam 47,0% do universo; enquanto que 46,5% do total de Municípios possuem algum tipo de programa de capacitação de mão-de-obra.

Em ambos os casos a tendência verificada é no sentido do aumento da participação dos Municípios à medida em que aumenta a sua população.

Dos Municípios que mantêm programas de geração de trabalho e renda, 37,0% deles possuem população inferior a 10 mil habitantes e 46,2% possuem entre 10 mil e 20 mil habitantes. Os percentuais dessas duas primeiras faixas de população estão abaixo da média nacional.

Para os Municípios com população entre 20 mil e 50 mil habitantes nada menos que 59,9% deles mantêm programas de geração de trabalho e renda. Para aqueles com população entre 50 mil e 100 mil habitantes esse percentual se eleva a 70,6% e para os Municípios com população entre 100 mil e 500 mil habitantes alcança a 83,3% deles. Quanto aos Municípios com população superior a 500 mil habitantes os programas de geração de trabalho e renda são mantidos por 96,2% deles.

Os resultados encontrados em relação ao número de Municípios que mantêm programas de capacitação profissional apresentam praticamente as mesmas proporções daqueles que mantêm os programas de geração de trabalho e renda.

Os programas de capacitação profissional são mantidos por 36,4% dos Municípios com população inferior a 10 mil habitantes, além de 47,3% daqueles com população entre 10 mil e 20 mil habitantes e de 58,6% dos Municípios com população entre 20 mil e 50 mil habitantes.

Para os Municípios entre 50 mil e 100 mil habitantes 73,8% deles mantêm programas de capacitação profissional, a exemplo do que acontece com 85,1% daqueles que possuem população entre 100 mil e 500 mil habitantes e de 96,2% dos Municípios com população superior a 500 mil habitantes.

**TABELA 5**  
**DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS QUE POSSUEM**  
**PROGRAMAS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ECONÔMICAS,**  
**SEGUNDO AS FAIXAS DE POPULAÇÃO (1)**

FAIXAS DE POPULAÇÃO (por mil)	NÚMERO TOTAL DE MUNICÍPIOS	PROGRAMA OU AÇÃO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA	PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL
TOTAL	5.506	2.588	2.561
até 10	2.727	1.034	992
10 I—20	1.392	643	658
20 I—50	908	544	532
50 I—100	279	197	206
100 I—500	174	145	148
500 e mais	26	25	25

FONTE: IBGE. Diretoria de Pesquisas. Departamento de População e Indicadores Sociais. Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

(1) O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

A distribuição dos Municípios em nível regional mostra que a maior preocupação com a manutenção de programas de geração de trabalho e renda, assim como aqueles de capacitação profissional está com os Municípios da região Sul, a única região que supera a participação média brasileira nos dois programas: 61,0% dos Municípios com programas de geração de trabalho e renda e 55,7% dos seus Municípios com programas de capacitação profissional.

Em segundo plano aparecem os Municípios da região Nordeste, onde 48,0% deles mantêm programas de capacitação profissional (acima da média nacional) e 45,1% dos seus Municípios mantêm programas de geração de trabalho e renda.

Em seguida aparecem os Municípios da região Sudeste, seguidos bem de perto pelos da região Norte e um pouco mais atrás os Municípios da região Centro-oeste.

**TABELA 6**  
**DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS QUE POSSUEM**  
**PROGRAMAS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ECONÔMICAS,**  
**SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES (1)**

GRANDES REGIÕES	NÚMERO TOTAL DE MUNICÍPIOS	PROGRAMA OU AÇÃO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA	PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL
BRASIL	5.506	2.588	2.561
Norte	449	180	193
Nordeste	1.787	806	858
Sudeste	1.666	717	698
Sul	1.159	717	646
Centro-oeste	445	168	166

FONTE: IBGE. Diretoria de Pesquisas. Departamento de População e Indicadores Sociais. Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

(1) O Distrito Federal não foi incluído nos resultados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BREMAEKER, François E. J. de. **Evolução das finanças municipais no período 1989/1998**. Rio de Janeiro, IBAM / APMC / NAPI / IBAMCO, 2000. 15p. (Estudos especiais, 18).

-----. **Necessidades financeiras para fazer face à pressão demográfica sobre os Municípios**. Rio de Janeiro, IBAM / APMC / NAPI / IBAMCO, 2001. 18p. (Estudos especiais, 19).

-----. **Padrões de crescimento da população brasileira em nível municipal (1997-1998)**. Rio de Janeiro, IBAM / APMC / NAPI / IBAMCO, 2000. 36p. (Estudos demográficos, 20).

FUNDAÇÃO IBGE. **Perfil dos Municípios brasileiros: pesquisa de informações básicas municipais 1999**. Rio de Janeiro, IBGE, Diretoria de Pesquisas / Departamento de População e Indicadores Sociais. IBGE, 2001. 121p.

-----. **Estimativas de população para 1999**. Rio de Janeiro, IBGE. Diário Oficial da União.